

O “STEADFAST” E A SEGURANÇA ATLÂNTICA

Por Carlos Reis

1. Como já é sabido, o “Steadfast” é a abreviatura de “Steadfast Jaguar 2006” (Salto de Jaguar 2006) que, por sua vez, é o nome que os órgãos da Aliança Atlântica decidiram dar ao seu exercício militar, pela primeira vez realizado fora das fronteiras dos países da Aliança, para testar a capacidade da sua recém-criada força de resposta rápida - NRF (NATO Response Force). O comando das NRF depende directamente do general comandante-chefe da base de Brunsum, na Holanda, que ao lado dos comandos existentes na Grã-Bretanha e na Itália, constituem as três importantes estruturas militares da Organização do Tratado do Atlântico Norte. A sede da Aliança é em Bruxelas, onde se encontra o Secretário-Geral da organização e o “staff” político e administrativo.
2. Mas, o que é a **NATO** (como se sabe, na língua portuguesa a abreviatura correcta é OTAN, mas preferirei utilizar o termo mais conhecido que é “NATO”), que objectivos presidiram à sua criação e que objectivos prossegue hoje?
Criado em 1949, por 12 países provenientes de ambos os lados do Atlântico, (Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal e Reino Unido), o seu objectivo essencial era conter o controlo da União Soviética sobre a Europa do Leste.
Entre 1947 e 1952, o Plano Marshall proporcionou os meios considerados necessários para estabilizar as economias da Europa Ocidental. Enquanto aliança política e militar, a NATO tinha um importante papel a desempenhar que era, precisamente, o de assegurar a defesa colectiva contra todas as formas de agressão e o de manter um ambiente seguro e propício ao desenvolvimento da democracia e ao crescimento económico. Na opinião do então Presidente norte-americano, Harry S. Truman, o Plano Marshall e a NATO constituíam-se como «as duas faces da mesma moeda».
Com o decorrer dos anos, os países fundadores assistiram à entrada na Aliança de novos Estados, a saber, a Grécia e a Turquia, em 1952, a República Federal da Alemanha, três anos depois, e a Espanha, em 1982.
Por ter servido de base à cooperação europeia, à integração económica do continente e a um nível de estabilidade notável, a NATO é frequentemente descrita como «o oxigénio da prosperidade».

Dotada hoje de uma experiência sem precedentes em matéria de monitorização de conflitos, a NATO tem pretendido ser o instrumento militar de defesa dos valores da democracia e do Estado liberal, num esforço de adequação dos seus objectivos e das suas estruturas ao novo contexto político e social surgido com a queda do muro de Berlim e ao fim da guerra fria, no início dos anos noventa. Neste esforço de adequação estabeleceu como um dos objectivos a construção e o funcionamento de uma rede de parcerias de defesa da Paz e de promoção do diálogo entre nações portadoras de culturas diferentes. De se registar, porém, que se o anúncio dos objectivos pode ser considerada uma questão relativamente pacífica, menos pacífica, tem sido a avaliação que se faz de algumas das suas intervenções, como é o caso mais recente, da forma que assumiu a sua intervenção no Iraque. De todas as formas, polemizar algumas das suas decisões e intervenções não pode significar nem pôr em causa a sua grande utilidade e ainda menos, posicionar-se do lado contrário ao campo constituído pelos valores e objectivos defendidos pela Aliança. A razão de ser desta, bem como a necessidade da sua adequação aos novos tempos e o seu progressivo alargamento para o sul, com etapas faseadas, encontra as suas raízes nas ameaças à Paz, na necessidade e, por vezes, na urgência da salvaguarda de vidas humanas e defesa de direitos humanos fundamentais como é a liberdade. As forças e os poderes que representam o contrário desses valores não são hoje em dia tão ocultos quanto isso e manifestam-se sob a forma de tráficos ilícitos e crimes conexos – desde armas de destruição massiva, passando pelas armas ligeiras, pelo narcotráfico e pelo tráfico de pessoas, incluindo crianças.

- 3. As ameaças à segurança atlântica são ameaças comuns a todos os países banhados pelo Atlântico,** embora em graus diferentes. As ameaças existentes na nossa região atlântica são ameaças que se destinam à Europa e acabam por dizer respeito à Paz porque fragilizam os alicerces dos Estados e das sociedades democráticas. Actualmente, são vários os “sites” que nos dão conta dos números assustadores relativos aos diversos tráficos ilícitos e aos crimes conexos que têm lugar neste vastíssimo espaço marítimo que é o Oceano Atlântico. Ponte marítima de ligação entre os dois principais pólos comerciais do mundo – a Europa e os Estados Unidos -, diferentemente dos outros oceanos, são escassas as ilhas existentes no seu seio. Deus quis que o nosso arquipélago se situasse no cruzamento das rotas que ligam não só estes dois grandes centros de negócios como também com este outro grande continente que alguém já chamou de depósito de esperança da Humanidade que é a

África. Não é por acaso que os números ligados ao tráfico na nossa região atlântica exprimem uma ordem de grandeza que ocupa uma importante percentagem em relação ao tráfico mundial o que confirma uma vez mais que as nossas ilhas e o espaço marítimo sob jurisdição do Estado de Cabo Verde não são o destino mas sim o trânsito. De entre os “sites” que nos dão conta desta realidade figura felizmente, o da polícia judiciária cabo-verdiana à qual aproveito para endereçar felicitações.

Pela sua própria natureza, o narcotráfico nunca aparece isolado mas, quase sempre ligado a crimes conexos que, por sua vez, se alimentam da grande dependência que cria entre as suas vítimas. Por outro lado, a acentuada fragilização das sociedades e dos Estados africanos vem provocando – e só Deus sabe até quando – o aumento das correntes migratórias em fuga das calamidades – naturais, algumas, e políticas, a maior parte – criando uma situação muito própria para o aproveitamento inescrupuloso de traficantes ambiciosos.

Não referirei nem a pesca ilegal nem a poluição marinha nem a exploração ilícita de recursos marinhos, num contexto em que os vectores de fragilização da segurança tendem a aumentar exponencialmente enquanto os meios, ainda que reforçados, hão-de ficar sempre aquém das necessidades, no actual estágio de desenvolvimento de países como o nosso. Daí que seja curial perguntar pelos meios necessários para dar combate a tais ameaças e se conclua pela absoluta impossibilidade de os Estados isoladamente puderem encontrar respostas para essas questões. A aproximação de um cenário que permita encontrar respostas para tais questões só existe no quadro da cooperação entre Estados, isto é, no quadro da **segurança cooperativa**.

4. Como defendeu a organização do «workshop» realizado no Mindelo no passado mês de Maio, o “Steadfast” é também uma oportunidade para Cabo Verde. Oportunidade para ser útil a quem tem estado do seu lado na construção do desenvolvimento do país e tem fornecido os meios para a luta contra a pobreza. Oportunidade para servir uma grande causa como é a causa da Paz. Oportunidade para atirar a atenção para a situação geoestratégica do país e para os serviços que poderá prestar. Oportunidade para se aproximar ainda mais dos seus amigos, num contexto da situação política internacional em que nenhum Estado pode resolver sozinho os complexos problemas de segurança que se colocam a todos. Oportunidade ainda para lembrar, uma vez mais, que se os seus vizinhos mais próximos são, a leste, o Senegal e a Mauritânia, no continente africano, a norte, o seu vizinho

mais próximo é uma região europeia – as ilhas Canárias. Oportunidade também para lembrar o papel que estas ilhas têm tido ao longo da História, de ponte entre povos, nações e culturas diferentes e reafirmar, de forma soberana, a sua determinação de continuar a desempenhar esse papel. E porque depois do “Steadfast” haveremos de constatar que ficamos mais próximos dos nossos amigos, vamos poder constatar que ficamos também mais próximos das comunidades cabo-verdianas que, por coincidência, foram recebidas fraternalmente por estes mesmos países.